

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Braskem já calcula R\$ 8,3 bilhões para reparar danos em Alagoas.....	2
Título: Reequilíbrio de contratos na Aneel deve atingir R\$ 6 bi	3
Título: Três distribuidoras ficam com concessões na mira	6
Título: Cemig muda estratégia e quer projetos renováveis próprios	7
Título: Petrobras corta no pós-sal e reforça venda de ativos	9
Título: Estatal lança programa para apoiar os fornecedores.....	11
Título: Curtas	13
Título: Brasil não dá sinais do que pretende com Acordo de Paris.....	13
Título: Retomada em “V” leva à falta de insumos	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Pompeo visitará vizinhos da Venezuela.....	18
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	19
Título: Petrobras reduz investimentos.....	19
Título: Equilíbrio econômico e a segurança jurídica do setor elétrico	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/09/2020****Seção: Empresas****Autor: Taís Hirata e Rita Azevedo — De São Paulo****Título: Braskem já calcula R\$ 8,3 bilhões para reparar danos em Alagoas**

Os gastos estimados pela Braskem com os problemas ambientais em Alagoas tiveram mais uma escalada. A conta, inicialmente calculada em R\$ 2,7 bilhões, já chega a R\$ 8,3 bilhões.

O imbróglio começou com o afundamento do solo em bairros populosos de Maceió, um impacto que foi atribuído à extração de sal-gema da petroquímica em plena capital alagoana. Após uma série de ações judiciais e pedidos de indenização bilionários movidos pelo Ministério Público contra a empresa, a Braskem decidiu encerrar suas atividades de mineração no local e fechar um acordo com as autoridades para remover e indenizar as famílias atingidas.

O acordo inicial, firmado em janeiro de 2020, previa a remoção de 4,5 mil imóveis e um provisionamento total de R\$ 2,7 bilhões - R\$ 1 bilhão para desativar quatro poços de extração de sal-gema e R\$ 1,7 bilhão para indenizações. Em abril, o valor total subiu para R\$ 3,4 bilhões, diante da necessidade de realocar mais moradores. Em julho, houve um novo aumento do valor, para R\$ 5 bilhões.

Ontem, a petroquímica informou ao mercado que seria necessário reservar outros R\$ 3,3 bilhões ao programa, que assim chegou à cifra de R\$ 8,3 bilhões. Ao todo, o plano de remoção de famílias já atinge 7,2 mil imóveis na capital. A companhia disse que vai iniciar tratativas com as autoridades para fazer um novo aditivo ao acordo firmado em janeiro, com objetivo de incluir essas novas estimativas.

A nova provisão anunciada pela Braskem é resultado de estudos técnicos independentes, contratados pela empresa no ano passado e que acabam de ser concluídos. Essa avaliação específica tinha o objetivo de dimensionar os impactos na superfície, no curto e longo prazo - apesar disso, a empresa não garante ao mercado que não haverá novos desdobramentos. A empresa também explicou que ainda estão sendo conduzidos uma série de outros estudos geológicos, que analisam, por exemplo, as causas do afundamento do solo na região.

Além do acordo para a indenização das famílias impactadas, a Braskem ainda tem pendente uma outra negociação com o Ministério Público Federal (MPF)

em Alagoas, em relação aos danos socioambientais na região - que poderia exigir novos compromissos com, por exemplo, compensações ambientais.

Em janeiro deste ano, a companhia obteve uma vitória na Justiça, que negou um pedido de liminar requisitado pelo MPF. Porém, a empresa ainda enxerga uma possível chance de perda no caso, e portanto busca um acordo com o órgão para encerrar também esta ação.

Mesmo com essas incertezas, o resultado dos estudos técnicos que resultaram no aumento das provisões é considerado relevante não apenas para dar uma dimensão dos riscos aos atuais investidores da empresa, mas também para os futuros processos de venda de ações da petroquímica - seus dois principais acionistas, Odebrecht e Petrobras, já anunciaram a intenção de vender suas respectivas fatias na companhia.

Além das ações em Alagoas, mais recentemente, a petroquímica passou a ser alvo de ações coletivas nos Estados Unidos, movidas por escritórios de advocacia - já são ao menos cinco em busca de indenizações.

A alegação é que a Braskem teria prestado informações falsas sobre a segurança das operações de sal-gema em Alagoas e que teria minimizado a gravidade do problema, levando ao prejuízo dos investidores. Sobre esses processos, a empresa afirmou que divulgou as informações sobre o caso tão logo tomou ciência do assunto, e que tem sido transparente em relação às provisões relativas ao caso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt e Daniel Rittner — De Brasília

Título: Reequilíbrio de contratos na Aneel deve atingir R\$ 6 bi

As distribuidoras de energia elétrica fecharam a conta do impacto causado pela pandemia no fluxo de caixa das empresas em 2020. Elas calculam a necessidade de um reequilíbrio econômico-financeiro de R\$ 5,5 bilhões a R\$ 6 bilhões em seus contratos.

A Abradee, associação que reúne 40 distribuidoras do país, estima redução média entre 20% e 25% no Ebitda - sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização - das companhias. “Em alguns casos, porém, houve perdas até da ordem de 70%”, diz o presidente da entidade, Marcos Madureira.

Se pedido for atendido plenamente, tarifa dos consumidores subiria até 3%, mas medidas podem atenuar reflexo

Essas estimativas serão levadas pelas distribuidoras à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no âmbito da consulta pública nº 35, aberta com o intuito de construir uma metodologia para a análise dos pedidos de reequilíbrio das companhias.

Se as perdas forem plenamente reconhecidas, os consumidores poderão arcar com aumento médio de 2,5% a 3% nas contas de luz, por meio de revisões tarifárias extraordinárias aplicadas individualmente. “O que buscamos é a possibilidade de ter os registros adequados e nossos direitos recompostos”, alega Madureira.

O executivo vê espaço para uma série de medidas que podem amortecer esse eventual impacto na tarifa dos consumidores. Ele cita algumas possibilidades: incentivos à renegociação dos contratos de fornecimento de energia entre geradoras e distribuidoras, leilões para antecipar a desconstrução de térmicas acionadas com óleo combustível (mais caras) e repactuação do cronograma de usinas atrasadas.

De mais a mais, segundo Madureira, pode-se também avaliar o diferimento das revisões extraordinárias ao longo dos próximos anos como forma de atenuar o reflexo percebido pelos consumidores. “São questões que cada empresa poderá definir com a Aneel no momento em que for estabelecido o cálculo.”

O importante mesmo, afirma, é que a agência reguladora reconheça o desequilíbrio causado pela pandemia em três frentes: perda de receitas na chamada “parcela B” das tarifas (consequência da queda de consumo); sobrecontratação involuntária (as distribuidoras se comprometeram a comprar uma quantidade energia que ficou bem acima da demanda efetiva e precisam honrar esses compromissos), receitas irrecuperáveis (alguma inadimplência acaba se tornando permanente e parte das unidades consumidoras deixa de existir).

“Se não houver isso, o risco é afastar os investidores”, enfatiza Madureira, acrescentando que essa percepção seria prejudicial ao processo de privatizações e concessões não apenas no setor elétrico, mas na infraestrutura como um todo. “O grande debate é se esse evento [a pandemia] faz parte dos riscos ordinários que são assumidos por qualquer empresa em um contrato”, afirma.

De acordo com o presidente da Abradee, a “Conta Covid” - criada em junho para dar liquidez ao setor - serviu para que as distribuidoras honrassem

pagamentos pré-existentes, como encargos, custo de transmissão e compra de energia. Elas funcionam como uma porta de entrada para o fluxo de pagamentos no sistema, já que têm relação direta com os consumidores, mas ficam com apenas 18% do valor recolhido nas tarifas. O resto vai para geradoras, transmissoras, impostos, tributos e encargos setoriais.

Para evitar uma situação de insolvência, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liderou um consórcio de instituições financeiras na montagem de um empréstimo de R\$ 15,3 bilhões às distribuidoras. Os recursos estão sendo liberados em parcelas, até dezembro, e o pagamento da operação ocorrerá em 54 meses - além de 11 meses de carência.

“O lado financeiro foi solucionado pela ‘Conta Covid’ a partir de ativos regulatórios das próprias empresas. Restou solucionar o desequilíbrio econômico”, diz Madureira. O Tribunal de Contas da União (TCU) apoiou a decisão de não incluir o reequilíbrio dos contratos no empréstimo. A consulta pública nº 35, aberta pela Aneel em meados de agosto, dura 45 dias e vai até 5 de outubro. Uma metodologia final deverá ser definida ainda neste ano.

As distribuidoras viram com apreensão a proposta inicial publicada pela agência. A Aneel propôs que apenas dois itens possam ensejar pedidos de reequilíbrio: mercado e inadimplência - a sobrecontratação de energia acabou não sendo considerada. Os parâmetros usados nos dois itens também desagradam a Abradee, que congrega empresas responsáveis por 97% do mercado regulado.

Um caminho paralelo - mas pouco provável - para solucionar a questão é a MP 998, medida provisória publicada no início de setembro, que está tramitando no Congresso Nacional. Ela traz mecanismos para evitar um “tarifaço” em distribuidoras das regiões Norte e Nordeste, além de limitar subsídios para novos projetos de fontes renováveis (como usinas eólicas e solares), mas recebeu uma emenda do deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG).

A emenda propõe determinar à Aneel garantir “neutralidade econômica-financeira” às distribuidoras, por causa dos efeitos da pandemia, e estabelece: “[Fica] vedada a formulação de exigências e de critérios de admissibilidade que dificultem, reduzam, imponham contrapartidas ou retardem e a efetiva fruição do direito à recomposição tarifária extraordinária pelas concessionárias de distribuição”. Esse aditivo ao texto original da MP 998 dificilmente vai receber apoio do governo na tramitação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/09/2020****Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt e Daniel Rittner — De Brasília****Título: Três distribuidoras ficam com concessões na mira**

Os efeitos da pandemia sobre o mercado de distribuição de energia vão se somar às dificuldades que algumas concessionárias já vinham enfrentando para atingir indicadores econômicos definidos no contrato. Depois de renovarem a concessão por mais 30 anos, em 2015, três distribuidoras - a gaúcha CEEE, a brasiliense CEB e a catarinense Eflul - correm o risco de terem suas concessões cassadas caso não atendam as exigências de gestão econômico-financeira satisfatória por dois anos consecutivos no primeiro quinquênio de contrato.

As três companhias foram reprovadas na avaliação dos indicadores de 2018 feita pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no início deste mês. O risco de perder os contratos, considerada a pena mais dura da agência, poderá ser real se elas voltarem a ter uma gestão econômico-financeira ruim em 2019. A análise dos dados do ano passado ainda não foi concluída.

A pandemia atingiu as distribuidoras justamente no quinto ano de vigência dos novos contratos de concessão. A regra prevê que basta registrar a deterioração dos indicadores econômicos ou de qualidade do serviço no quinto ano para que haja a abertura do processo de caducidade. Neste caso, não é aplicada a regra de descumprimento dos indicadores dois anos seguidos.

Desde o início da pandemia, o comando da Aneel tem manifestado a preocupação de separar a avaliação dos efeitos da atual crise econômica e daqueles relacionados à má gestão. A discussão envolve o cuidado de reconhecer a dificuldade da atual conjuntura, mas sem aliviar na fiscalização das metas de desempenho.

A análise do desempenho econômico-financeiro das distribuidoras com concessões renovadas parte da apuração do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, descontada a chamada “quota de reintegração regulatória”. Feita a conta, a Aneel chegou aos resultados negativos de R\$ 370 milhões da CEEE-D, R\$ 21,9 milhões da CEB e R\$ 99 mil da Eflul - a última atende a cidade de Urussanga.

Questionada, a Aneel esclareceu que eventuais aportes dos acionistas controladores devem ser feitos até o encerramento do ano em análise. Além disso, a agência informou que não é possível, após eventual descumprimento

das cláusulas contratuais, recorrer a mecanismos como termos de ajustamento de conduta (TACs) para escapar de um processo de extinção do contrato.

“O contrato define de forma objetiva o indicador de eficiência e as consequências de seu descumprimento, de forma que a distribuidora sabe que tem de ser eficiente e deter uma dívida condizente com a sua eficiência”, destacou a Aneel, em resposta ao **Valor**.

Procurada, a CEB informou que alcançou o desempenho econômico-financeiro esperado para 2019. A companhia registrou que, no período, não foi preciso receber aporte do governo do Distrito Federal, mas contou com a transferência de R\$ 81,173 milhões, em junho do ano passado, da CEB Holding para garantir o “cumprimento às obrigações do contrato de concessão”. CEEE e Eflul não quiseram se manifestar.

Já prevendo o impacto da pandemia sobre as distribuidoras da região Norte, recém privatizadas pela Eletrobras, o senador Chico Rodrigues (DEM-RR) se antecipou às respostas que a Aneel dará ao pedido de alívio na avaliação dos indicadores. O parlamentar apresentou emenda ao texto da Medida Provisória 998/20, para garantir a carência de cinco anos para cumprir os parâmetros de eficiência na oferta de serviço e na gestão econômica por Amazonas Energia, Boa Vista Energia, Eletroacre, Cepisa, Ceal e Ceron.

Rodrigues, que é vice-líder do governo no Senado e próximo do presidente Jair Bolsonaro, alega no texto explicativo da emenda que as distribuidoras estão em fase de reestruturação e a pandemia agravou as dificuldades para recuperar o nível adequado de investimento e alcançar desempenho econômico satisfatórios.

A MP 998 foi enviada ao Congresso, no início deste mês, com um conjunto de ajustes de regras do setor. Entre elas, estabelecer o fim dos incentivos a fontes renováveis, criar condições para a retomada das obras de Angra 3, definir prazo para privatização da concessionária do Amapá (CEA) e garantia descontos tarifários de até 13% para consumidores das distribuidoras privatizadas pelo grupo Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Cemig muda estratégia e quer projetos renováveis próprios

A Cemig está se preparando para crescer em geração a partir de fontes renováveis. Com um portfólio muito concentrado na fonte hidráulica (50 das 53

usinas), a estatal mineira quer recuperar sua capacidade de desenvolver seus próprios projetos de geração, segundo o presidente, Reynaldo Passanezi. “Nós já temos o cliente. Estamos alterando a estratégia de comprar energia de terceiros para desenvolver energia própria”, disse ontem, em reunião com investidores e analistas.

No caso da energia eólica, a Cemig abrirá nos próximos dias uma chamada pública para eventual aquisição de projetos. “É uma fonte reconhecidamente competitiva, estamos trazendo esses projetos para compor nosso portfólio, construir e comercializar a energia”, afirmou Paulo Mota Henriques, diretor de Geração e Transmissão.

Já em energia solar, a companhia tem projetos mais maduros, aponta o executivo. Da carteira de projetos em estudo, as usinas de geração centralizada somam 1.400 megawatts-pico (MWp) de capacidade. Há ainda cerca de 350 MWp de usinas solares flutuantes, que poderiam ser instaladas nos reservatórios das hidrelétricas da companhia.

A ideia é aproveitar a integração da área de geração com a comercializadora da Cemig, a maior do país, com uma participação de mercado de 18%. O desenvolvimento dos próprios projetos representa uma mudança na estratégia adotada nos últimos anos, quando a companhia vinha realizando leilões para compra de energia de terceiros.

Dimas Costa, diretor de comercialização, destaca que o movimento da Cemig antecipou uma tendência no mercado e foi seguido por outras grandes empresas, como Copel, Engie e Enel. “Mas agora estamos mudando novamente, vamos fazer um leilão de ‘pipeline’ de energia eólica. Não vamos parar [com os leilões de compra de energia de terceiros], vamos suspender temporariamente”.

Outra rota de crescimento em renováveis está associada ao segmento de geração distribuída fotovoltaica, usinas de até 5 MW construídas no local de consumo ou próximas a ele. Na visão da estatal mineira, há uma perspectiva de crescimento “exponencial” desse negócio no futuro.

Hoje, a companhia tem duas usinas de geração distribuída já em operação, mas pode crescer esse portfólio com opções de compra de ativos, que somam 22 MW, além de parcerias. A Cemig SIM, veículo dedicado a essa área, pode chegar a ter investimentos na casa de “bilhão” nos próximos anos. “Esse é o tamanho do potencial da Cemig SIM que queremos realizar”, afirma Rafael Noda, diretor da Cemigpar.

O crescimento da Cemig em geração de energia também passará pela ampliação da capacidade de PCHs e, principalmente, pela renovação de três concessões hidrelétricas (Emborcação, Nova Ponte e Sá Carvalho) que vencem entre 2024 e 2025. Segundo os executivos, o tema dessas concessões é uma das prioridades e a companhia está seguindo com os procedimentos para viabilizar as prorrogações com base no decreto de 2019 que permitiu o processo desde que haja a venda do controle das usinas. “Mas não é a única alternativa disponível. Quando sair o PLS 232 [projeto de modernização do setor elétrico, em tramitação no Senado] vão se abrir outras alternativas de prorrogação fora do regime de cotas. É um potencial ‘upside’, mas não o cenário básico”, afirmou Noda.

Ainda ontem, a diretoria afirmou que a Cemig pode se desfazer de suas participações nas empresas Aliança e Taesa e de fatias minoritárias em ativos de geração se receber propostas “irrecusáveis”. Esse grupo de participações é considerado a “joia da coroa” e, portanto, as vendas ocorreriam de forma “oportunista”. “São ativos que não buscamos ativamente desinvestir, mas que recebemos frequentemente manifestações de interesse de potenciais adquirentes. Não vamos rasgar dinheiro. Se recebermos propostas irrecusáveis, não recusaremos”, disse o diretor da Cemigpar.

Já outra categoria de empresas, consideradas não estratégicas ou que têm pouca sinergia, a companhia está buscando ativamente o desinvestimento. É o caso da Light, Santo Antônio, Norte Energia e Gasmig.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/09/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Gabriela Ruddy, Allan Ravagnani e Ivan Ryngelblum — Do Rio e de São Paulo

Título: Petrobras corta no pós-sal e reforça venda de ativos

A primeira revisão de investimentos da Petrobras depois da eclosão da pandemia reforça ainda mais o foco da companhia no pré-sal, especialmente no projeto de Búzios (Bacia de Santos). O corte de até US\$ 24 bilhões no orçamento da área de exploração e produção, seu carro-chefe, se concentrará no pós-sal - região que reúne os grandes campos maduros da Bacia de Campos, em franco declínio. Em reação a um cenário de preços mais baixos para os próximos anos, a expectativa é que a empresa coloque mais ativos à venda e que alguns projetos atrasem, impactando na curva de produção.

A Petrobras anunciou que investirá entre US\$ 40 bilhões e US\$ 50 bilhões em exploração e produção entre 2021 e 2025 - redução de 22% a 37% em relação

aos US\$ 64 bilhões previstos no plano 2020-2024. Para além dos impactos da desvalorização do real, a estatal aposta em três frentes para alcançar a economia: otimização dos investimentos em exploração; inclusão de novos ativos na carteira de desinvestimentos; e a revisão do portfólio de projetos (a partir de postergações, otimizações e até mesmo eventuais cancelamentos).

A companhia só divulgará os detalhes do novo plano estratégico em novembro, mas analistas apontam indicativos. “Acreditamos que a curva de produção irá se achatar devido à redução dos investimentos, bem como aos desinvestimentos adicionais”, escreveu o analista do Credit Suisse, Régis Cardoso.

O plano 2020-2024 prevê um crescimento da produção de óleo e gás dos atuais 2,7 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) para 3,5 milhões de BOE/dia em 2024. O analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman, cita que eventuais postergações e cancelamentos de projetos podem levar a “ajustes naturais” nessa evolução, mas que não espera “nenhuma queda drástica”. “A mensagem é clara de que maximização de produção ficou para trás e que o foco agora é na maximização de valor [ao focar em projetos de menor custo de extração, no pré-sal]”, avalia Arbetman.

O diretor de desenvolvimento da produção da Petrobras, Rudimar Lorenzatto, já afirmou que o novo plano de negócios provavelmente trará um novo cronograma de projetos. “Provavelmente impactos em prazos devem existir. Pode ser que a Petrobras venha a postergar projetos, mas isso não está decidido”, afirmou, em junho.

Mesmo durante a crise, a companhia tem se mantido ativa no mercado, mas o foco das contratações têm sido, basicamente, bens e serviços para Búzios, a joia da coroa que abocanhará 35% dos investimentos da empresa em E&P.

Para o pesquisador do Instituto de Energia da PUC-Rio, Edmar Almeida, qualquer revisão no portfólio da Petrobras tem hoje um alto custo de oportunidade - aquilo que a empresa renuncia ao tomar uma decisão de negócios. “A Petrobras tem projetos de excelente qualidade, então não será fácil fazer este corte, mas era esperado. É o que todas as empresas estão fazendo neste momento”, avalia.

Um projeto que deve perder espaço na carteira é o da produção em águas profundas de Sergipe, antes prevista para 2024, mas que saiu do portfólio de investimentos do novo plano. Para o coordenador do Instituto de Estudos Estratégico de Petróleo (Ineep), Rodrigo Leão, nem mesmo o pré-sal está livre de cortes e postergações.

O reforço dos desinvestimentos também tende a impactar a produção. A Petrobras já sinalizou que sairá da produção em terra e águas rasas, mas, agora, a expectativa é que ela inclua no pacote os campos maduros do pós-sal - ativos que exigem investimentos elevados e onde a estatal possui exposições elevadas, em alguns casos com 100% de participação. Segundo o Credit Suisse, Marlim pode ser candidato nesse sentido. Resta saber se ela estará aberta a vender (ainda que partes minoritárias) de seu negócio principal: as águas profundas e ultraprofundas.

Segundo uma fonte da estatal, nem mesmo desinvestimentos no pré-sal podem ser descartados. “Tudo é cogitado e analisado. Não há preconceitos”, disse.

É do pós-sal que virá a maior parte do corte de investimentos da estatal. A Petrobras alocará entre US\$ 8,8 bilhões e US\$ 11 bilhões na região até 2025, uma redução de 40% a 52% em relação aos US\$ 18,5 bilhões previstos até então. A redução pode ter efeitos diretos sobre a capacidade da companhia de estancar o declínio da área. Com o crescimento do pré-sal, a Petrobras deixou de lado os investimentos no pós-sal e a produção nacional na região, que era de 2 milhões de BOE/dia em 2015, já caiu para abaixo de 1 milhão de BOE/dia.

Outra frente de redução de investimentos virá da exploração, onde a Petrobras alocará entre US\$ 5,6 bilhões e US\$ 7 bilhões - corte de 40% a 51%. No pré-sal, para efeitos de comparação, a Petrobras alocará entre US\$ 24,4 bilhões e US\$ 30,5 bilhões, o que pode representar, na pior das hipóteses, queda de 20,7%. Ao todo, o pré-sal absorverá 71% do investimento em exploração em produção até 2025 - antes a participação no bolo era de 59%.

O corte impacta também os acionistas. A empresa espera reduzir a dívida bruta dos atuais US\$ 91 bilhões para US\$ 60 bilhões em 2022 e, com isso, adotar a nova política de dividendos - que, na prática, deve elevar a remuneração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy e André Ramalho — Do Rio

Título: Estatal lança programa para apoiar os fornecedores

A Petrobras pretende lançar nas próximas semanas uma solução financeira para reforçar o capital de giro de seus fornecedores. O programa foi batizado de “Mais Valor” e permite que os prestadores de bens e serviços possam antecipar o recebimento de faturas de contratos com a petroleira. O objetivo é aliviar o fluxo de caixa de curto prazo dos supridores.

A negociação ocorrerá diretamente entre os fornecedores e bancos parceiros, a partir de condições pré-estabelecidas pela Petrobras. Segundo a estatal, todos os prestadores de bens e serviços poderão aderir ao programa, sem qualquer limitação de tamanho ou nicho, ou seja, um universo de cerca de 10 mil empresas.

A iniciativa foi apresentada em reunião, em agosto, com a participação de representantes da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro).

“A Petrobras está se esforçando para trazer um equilíbrio maior para a cadeia de fornecedores. Para uma empresa que tem um gargalo de curto prazo pode ser uma ajuda, mas ainda não resolve o problema maior, que é o fluxo de caixa negativo gerado pelos projetos [de médio e longo prazo]. Como as companhias só podem emitir faturas depois que a Petrobras recebe o bem, elas ficam até dois anos financiando o projeto para receber apenas após a entrega”, explicou o diretor-presidente da associação, Adyr Tourinho.

O “Mais Valor” ainda não foi anunciado formalmente a todo o setor. A Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), por exemplo, não tem informações oficiais sobre o programa. O presidente executivo da Abimaq, José Velloso, afirma que o sucesso da iniciativa dependerá das taxas de juros acordadas.

“O [programa anterior] ‘Progredir’ foi positivo para as empresas que tinham problemas de capital de giro e juros muito elevados junto aos bancos, mas ainda assim tinha juros um pouco altos”, comentou.

O programa “Progredir” permitia aos pequenos e médios fornecedores antecipar faturas de serviços e bens já prestados ou entregues, além da possibilidade de usar os contratos ainda a serem executados como garantia em financiamentos. De 2011 a 2014 os empréstimos somaram R\$ 9,45 bilhões, em cerca de 2 mil operações, envolvendo 679 empresas.

A Petrobras esclareceu que ainda está em negociação com os bancos parceiros e que a manutenção da plataforma será custeada pelos agentes financeiros. A empresa destacou que a iniciativa amplia o acesso dos fornecedores a operações de capital de giro com taxas mais competitivas para operações performadas (bens entregues ou serviços realizados).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 16/09/2020**Seção:** Internacional**Autor:****Título:** Curtas

Demanda de petróleo

A Agência Internacional de Energia (AIE) alertou ontem que o mercado de petróleo está ficando “ainda mais frágil” diante de novas ondas de covid-19. Em relatório, a AIE previu demanda global de 8,4 milhões de barris/dia neste ano - uma queda de 300 mil b/d em relação à estimativa de agosto.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 16/09/2020**Seção:** Brasil**Autor:** Assis Moreira e Daniela Chiaretti — De Genebra e São Paulo**Título:** Brasil não dá sinais do que pretende com Acordo de Paris

O governo de Jair Bolsonaro tem pela frente o desafio de decidir até o fim do ano se reforça ou não a meta climática do país no Acordo de Paris. É uma atitude que pode melhorar ou piorar ainda mais a imagem do Brasil na cena internacional.

O acordo global, assinado em dezembro de 2015, tem o objetivo de conter o aquecimento do planeta abaixo de 2° C em relação aos níveis pré-industriais, e se possível, limitar a 1,5° C. Os 197 países signatários se engajaram com metas nacionais voluntárias a serem renovadas a cada cinco anos.

O artigo 4 do Acordo de Paris diz que as metas devem ser revistas sempre com o objetivo de aumentar a ambição dos compromissos e nunca reduzi-las, lembra Everton Lucero, diplomata licenciado do Itamaraty fazendo doutorado na Universidade de Brasília, a UnB. Lucero foi do time de negociadores brasileiros à época do acordo.

O prazo de revisão das metas é até dezembro para cada país submeter uma nova e reforçada “contribuição nacional” com vistas a 2030. No caso do Brasil, a atenção internacional é evidente em razão da necessidade urgente de ações na área climática, o aumento do desmatamento e o retrocesso do governo Bolsonaro nesta agenda.

A revista “The Economist” apontou Bolsonaro como possivelmente o chefe de Estado mais perigoso no mundo para a área ambiental, com posições que podem, direta ou indiretamente, encorajar grande desmatamento da Amazônia.

Em 2015, o Brasil apresentou duas metas no Acordo de Paris: na primeira, uma meta “firme”, nas palavras de Lucero, o objetivo é reduzir as emissões de gases-estufa em 37% até 2025 em relação aos níveis de 2005. A segunda, de redução de 43% até 2030, era “indicativa”. Dito de outra forma: somente a primeira é compromisso.

Ações como atingir zero de desmatamento ilegal até 2030 e restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares no mesmo período também não são compromissos formais, mas indicações de ações necessárias para cumprir a meta dos 37%. “As ações foram anunciadas como uma antecipação do que seria necessário fazer, mas não constituem compromisso formal sob o Acordo de Paris”, diz Lucero. “Assim, se reduzirmos mais em um setor, podemos compensar com mais emissões em outro.”

Outro ponto do compromisso brasileiro é que a meta abrange toda a economia. Também não é condicionado a receber recursos financeiros, embora o país não tenha aberto mão do apoio da cooperação internacional.

A três meses e meio do fim do ano, não há discussão pública sobre o caminho melhor que cabe tomar. A reportagem do **Valor** ouviu 15 fontes comprometidas com o tema em vários ministérios do governo, no setor privado e na sociedade civil. Nenhuma conhece os planos traçados pelo Ministério do Meio Ambiente no assunto, embora a meta atinja todos os setores da economia.

Em novembro de 2019, às vésperas da última rodada de negociação climática, a CoP 25, em Madri, o governo ressuscitou o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima (CIM). O comitê tem por função coordenar e implementar ações e políticas públicas relativas à mudança do clima, promover o diálogo com o Congresso Nacional, governos subnacionais, sociedade, setor empresarial e científico. Tem membros de vários ministérios e é presidido pelo chefe da Casa Civil. O Ministério do Meio Ambiente exerce a secretaria-executiva. “O CIM nunca se reuniu”, diz uma fonte.

Não está claro como o governo vai agir. Bolsonaro nunca mostrou simpatia pelo Acordo de Paris nem pela questão climática. O mandatário americano, Donald Trump, que o presidente brasileiro apoia e imita, anunciou que vai abandonar o tratado global, o que deve ocorrer no dia seguinte à data da eleição presidencial marcada para 3 de novembro.

É verdade, contudo, que, se o candidato democrata Joe Biden vencer a disputa, os EUA podem retornar rapidamente ao acordo e retomar a agenda climática com muito mais vigor.

Para a organização Climate Action Tracker, que faz análises científicas independentes monitorando as ações dos governos na área, o Brasil “precisará reverter a atual tendência de enfraquecimento da política climática, reforçando a implementação de políticas no setor florestal e acelerando ações de mitigação em outros setores”.

Hoje espera-se que Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, anuncie proposta para aumentar a meta de redução das emissões de gases estufa para 55% até 2030. O objetivo atual é de um corte de 40% em relação aos níveis de emissão de 1990. Depois haverá discussão com o Parlamento Europeu e os países-membros para decidir até o fim do ano a meta exata a ser apresentada no Acordo de Paris.

Para o bloco europeu, a elevação da meta é necessária para garantir que o continente alcance a neutralidade em carbono por volta de 2050. A partir dessa data, a Europa não deverá lançar na atmosfera mais gases estufa do que reservas naturais e artificiais são capazes de absorver. A União Europeia quer liderar as negociações internacionais e conseguir que outros países também aumentem o nível de ambição em suas reduções de CO₂.

Segundo o acompanhamento da Climate Action Tracker apenas nove países já atualizaram suas metas climáticas: Chile, Noruega, Vietnã, Andorra, Ilhas Marshall, Ruanda, Jamaica, Moldávia e Suriname. Dois países discutem propostas nessa direção: a Geórgia e a Mongólia.

Por sua vez, sete países já anunciaram que não vão atualizar nem submeter de novo metas climáticas, numa sinalização que inquieta pesquisadores, ambientalistas e negociadores - o Japão, a Austrália, a Rússia, os Estados Unidos, a Indonésia, a Nova Zelândia e Cingapura.

A relutância dos países em avançar na agenda é exasperante para a comunidade científica internacional. Os pesquisadores têm repetido que a janela de oportunidade para que o mundo evite os piores impactos da emergência climática está se fechando.

A pandemia tirou o tema do foco em 2020. Deveria ter sido “o ano do meio ambiente”, como se imaginava em janeiro, com a decisiva conferência do clima em Glasgow, na Escócia, prevista para o fim do ano. Mas a CoP 26 foi adiada para 2021. Ali, as regras do Acordo de Paris devem ser fechadas com a finalização do artigo 6, que trata dos mecanismos de mercado e do mercado de

carbono. Na edição passada, em Madri, em 2019, o Brasil obstruiu resultados positivos.

O **Valor** procurou o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que não retornou até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Retomada em “V” leva à falta de insumos

O desabastecimento de alguns insumos industriais, como aço e PVC pode ser resolvido até o final do ano. Já em papelão ondulado, usado muito em embalagens, houve atrasos nas entregas e deverá ser resolvido no início de 2021.

No caso do aço, por exemplo, segundo Carlos Loureiro, do Instituto Nacional de Distribuidores de Aço (Inda), esse descolamento da oferta e da demanda ocorreu pela recuperação em “V” de alguns setores consumidores e o tempo mais longo para a retomada da produção das usinas.

“Além da demanda normal, muitos clientes estão recompondo os seus estoques. Esse desabastecimento é provisório, em dois meses deverá ser regularizado. A retomada da demanda não é na mesma velocidade da oferta.”

Em abril, 13 altos-fornos foram desligados para adequar a produção à demanda. Com isso, a utilização da capacidade instalada das usinas chegou a cerca de 42%. Agora, dos 13 equipamentos desligados, quatro voltaram a operar entre junho e julho e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) também deve religar o alto-forno 2 que teve a operação parada em maio.

A rápida retomada das compras fez com que as estimativas de queda de vendas de aço no país saísse de 20%, em abril, para 12% em julho. Segundo o Instituto Aço Brasil, essa estimativa deverá ser revista novamente para baixo.

Bruno Bassi, gerente executivo e corporativo do Grupo Açotubo, um dos maiores distribuidores de aço do país, disse ao **Valor** que, a partir de julho, o mercado voltou mais forte em alguns setores, como o de máquinas agrícolas, e em um momento em que as usinas estavam iniciando a retomada de produção.

“É natural que isso não ocorra tão rápido, por isso a figura do distribuidor é que ele abasteça o mercado em momentos como este. Ficou um hiato por um

período de um mês, mais ou menos”, disse Bassi. Segundo ele, o mercado não está efetivamente desabastecido e haverá uma acomodação no curto prazo.

O grupo vende aços longos, que são barras maciças e tubos com e sem costura, conexões e aço inoxidável. Seus principais fornecedores são a Gerdau, a Vallourec, a Tenaris - antiga Confab - e a Aperam. A companhia também opera centros de serviço, trefilação e ancoragem em geral para sustentação de edifícios.

Bassi afirmou que o grupo teve que se adequar à nova demanda logo no período crítico da pandemia, com as vendas em queda e a produção das usinas paradas. Com isso, a solução encontrada foi consumir os estoques, porém, de acordo com ele, de maneira “conservadora”. “Como todo mundo fez, também reduzimos o volume de estoque, mas deixamos colchão para o momento de retomada da usina, pois as entregas são menores.”

Segundo ele, a companhia deixou um estoque de segurança para o momento de retomada das vendas. “Não fomos tão financistas. Fomos mais conservadores nesse ponto. A capacidade das usinas está menor e agora o abastecimento é um pouco mais lento, mas nada que esteja impactando o nosso negócio. Acredito que no decorrer de outubro essa situação se regulariza.”

No caso de plásticos, o presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), José Ricardo Roriz Coelho, disse que a reorganização entre demanda e oferta irá ocorrer até o início de 2021. Segundo ele, ocorreu um descolamento nas cadeias produtivas com a pandemia e muitas empresas deixaram de abastecer nos ciclos normais de suprimentos. “No retorno, houve problemas logísticos com alocação de material e essa normalização só deve ocorrer no início do próximo ano”, afirmou.

Segundo Roriz, 60% da produção já está regularizada se comparada há dois meses. Entretanto, ele afirmou que, com o fim do auxílio emergencial em janeiro, poderá haver queda na demanda, principalmente do varejo da construção civil, um dos grandes mercados para os produtos de PVC. Isso poderá representar redução da folha de pagamentos em algumas empresas, disse.

Já o mercado de papelão ondulado está aquecido para diversos segmentos. O setor deve continuar assim até o fim do ano. Segundo a Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO), em função dessa demanda maior as remessas estão com prazos mais estendidos.

“A embalagem de papelão ondulado é realizada por encomenda, portanto, não há estoque. A grande parte da indústria, que a ABPO representa, opera com prazos entre 7 e 30 dias. No cenário atual estendeu para até 60 dias.”

Pelos números da ABPO, o primeiro trimestre de 2020 acumulou crescimento de 7,5% em relação ao mesmo período de 2019. No entanto, o segundo trimestre deste ano registrou recuo de 3,2%, com acentuada queda em maio de 12,5%. A retomada do crescimento iniciou em meados de junho e em agosto de 2020 a expedição de caixas, acessórios e chapas de papelão ondulado foi de 346.033 toneladas, alta de 8,1 % em relação a agosto de 2019.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/09/2020

Seção: Internacional

Autor: FELIPE FRAZÃO e REUTERS

Título: Pompeo visitará vizinhos da Venezuela

Chefe da diplomacia dos EUA passará por Roraima em giro por países da América Latina, que inclui ainda Suriname, Guiana e Colômbia

O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, anunciou ontem que fará uma viagem oficial à América do Sul. O roteiro é um recado ao presidente venezuelano, Nicolás Maduro. Entre amanhã e domingo, Pompeo passará por Suriname, Guiana e Boa Vista, capital de Roraima, fechando o giro diplomático em Bogotá, na Colômbia. De acordo com o Departamento de Estado, Pompeo se reunirá em Boa Vista com dissidentes que “escaparam do desastre” na Venezuela.

A viagem ocorre no momento em que os esforços internacionais para promover uma mudança democrática se estagnaram e Maduro parece mais seguro no poder, apesar das turbulências política e econômica, que levaram milhões de venezuelanos a fugir do país. “Em Boa Vista, o secretário Pompeo ressaltará a importância do apoio dos EUA e do Brasil ao povo venezuelano neste momento de necessidade, visitando imigrantes venezuelanos que fogem do desastre na Venezuela”, afirmou ontem o porta-voz do Departamento de Estado, Morgan Ortagus. A escala em Boa Vista deve ocorrer na tarde de sexta-feira e está programada para durar 3 horas e 20 minutos.

Na capital de Roraima, o chefe da diplomacia americana visitará um centro de triagem para receber migrantes venezuelanos e se encontrará com o chanceler do Brasil, Ernesto Araújo, segundo informações do governo brasileiro. A fronteira entre Brasil e Venezuela está fechada desde 18 de março em razão da pandemia do novo coronavírus. O fluxo de migrantes venezuelanos que entram

em território brasileiro caiu de uma média de 600 por dia para alguns poucos, que se arriscam em pequenas trilhas que ligam os dois países.

As sanções dos EUA contra a indústria petrolífera da Venezuela reduziram as exportações de petróleo ao seu menor nível em décadas, mas não conseguiram afrouxar o controle de Maduro sobre as Forças Armadas – algo que frustrou o presidente americano, Donald Trump, segundo diplomatas do Departamento de Estado. Com a aproximação das eleições presidenciais de novembro, Trump prepara mais uma onda de sanções diplomáticas e econômicas, especialmente contra as indústrias de petróleo e de ouro da Venezuela.

De acordo com analistas, a posição dura da Casa Branca contra Maduro pode render votos da comunidade cubana e dos refugiados venezuelanos que vivem na Flórida, um Estado essencial na disputa contra o democrata Joe Biden. A viagem de Pompeo, segundo diplomatas americanos, “reforçará o compromisso dos EUA em defender a democracia na região”. Depois de passar pelo Brasil, o secretário de Estado se reunirá em Bogotá com o presidente Iván Duque, segundo o Departamento de Estado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/09/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Petrobras reduz investimentos

A Petrobras anunciou redução dos investimentos para o período de 2021 a 2025. Segundo a estatal, o aporte em Exploração e Produção (E&P) será entre US\$ 40 bilhões e US\$ 50 bilhões, e não mais os US\$ 64 bilhões anunciados no Plano Estratégico de 2020-2024. A justificativa da empresa é que revisão, feita “frente à crise provocada pela covid-19”, visa maximizar o valor do portfólio do E&P, com “foco em ativos de classe mundial em águas profundas e ultraprofundas”.

A revisão do portfólio está de acordo com as premissas de preço divulgadas nos resultados do primeiro trimestre. Além da revisão da carteira de investimentos e desinvestimentos, foram consideradas diretrizes: a desalavancagem, atingindo a meta de dívida bruta de US\$ 60 bilhões em 2022, e a resiliência, priorizando projetos com ponto de equilíbrio (breakeven point) do preço do barril de petróleo Brent de, no máximo, US\$ 35, e aderentes à estratégia da companhia. A desvalorização do real também teve efeito na decisão.

“Búzios e os demais ativos do pré-sal passarão a ter uma importância ainda maior na carteira da companhia, representando aproximadamente 71% do

investimento total do E&P para 2021-2025, contra 59% no Plano Estratégico de 2020-2024. Os investimentos nesses ativos de classe mundial, nos quais somos o dono natural, estão em linha com nossos pilares estratégicos, sendo resilientes a preços mais baixos de óleo”, explicou a companhia.

“Com a revisão, a Petrobras decidiu incluir novos ativos na carteira de desinvestimentos. O potencial impacto na curva de produção, assim como o cronograma de início das novas plataformas, será anunciado no Petrobras Day 2020, previsto para o final de novembro, após a conclusão e aprovação do Plano Estratégico de 2021-2025. A Petrobras reafirma seus pilares estratégicos e prosseguirá na sua execução com o objetivo de criação de valor sustentável para seus acionistas”, finalizou a estatal, em nota.

Eficiência

Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, avaliou como positiva a decisão da estatal de reduzir entre 21,9% e 37,5% seus investimentos para o quinquênio 21-25. “Com a decisão, a companhia reafirma a postura diligente e objetiva em sua alocação de capital. Com os níveis de demanda e oferta, assim como toda a indústria petrolífera mudando em sua forma operacional, financeira e regulatória de maneira célere, a racionalização da política de investimento vem em linha com seus recentes movimentos e com o que se espera da companhia”, afirmou.

O ganho de importância do campo de Búzios neste novo plano, de acordo com o especialista, reafirma o compromisso da Petrobras com a eficiência e o objetivo de ganhar terreno onde possui vantagens comparativas. “O plano indica que a companhia continuará implementando sua estratégia competitiva via custo”, disse.

“A decisão também permite que a companhia ganhe tração em sua política de redução de dívidas e, assim, fique mais perto de voltar a pagar proventos de forma mais robusta, que ocorrerá quando a dívida, atualmente em US\$ 91,5 bilhões atingir US\$ 60 bilhões, o que deve ocorrer a partir de 2022”, completou Arbetman.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/09/2020

Seção: Opinião

Autor: Marcos Madureira – Presidente da (ABRADEE)

Título: Equilíbrio econômico e a segurança jurídica do setor elétrico

Com a chegada da pandemia da covid-19 e o impacto da crise no setor elétrico e, mais especificamente, nas distribuidoras de energia, os caminhos planejados para este ano de 2020 tiveram de ser redesenhados. Assim como tudo e todos no mundo, as distribuidoras passaram a ter de lidar com novas prioridades, novas demandas, novas formas de atuação e novos desafios. Só uma coisa podemos dizer que não mudou, o objeto primado dos nossos serviços: o consumidor e a busca permanente pela preservação da qualidade destes serviços prestados.

Nos últimos meses, as distribuidoras de energia elétrica passaram a adaptar-se para o novo contexto de isolamento social, redistribuindo os trabalhos de seus colaboradores, priorizando atendimentos remotos, lançando mão de novas tecnologias e linhas de comunicação com o cliente. Ou seja, estas empresas têm atuado ativamente no enfrentamento dos impactos gerados, feito seu papel a fim de garantir o suprimento de energia a toda a população e, ao mesmo tempo, resguardar a segurança e o emprego de milhares de trabalhadores.

É preciso salientar que, ao longo deste tempo, as concessionárias sempre estiveram comprometidas em atender a tudo o que tem sido estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelo governo federal. Medidas como a interrupção dos cortes de energia nos casos de inadimplência e a ampliação da Tarifa Social foram os principais instrumentos utilizados para que nenhum cidadão ficasse descoberto neste momento de pandemia.

Por meio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), foram inúmeros os esforços junto à Aneel, ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**, ao Ministério da Economia, dentre outros agentes, em busca de medidas que ajudassem a mitigar os impactos econômicos ao setor elétrico brasileiro, preservando a cadeia de suprimento e garantindo o abastecimento de energia elétrica.

Entretanto, até o presente momento, a Aneel trouxe o equilíbrio econômico e financeiro apenas para os demais agentes da cadeia, os segmentos de Transmissão e Geração, bem como para a captação de recursos para recolhimento de encargos e tributos. Ao mesmo tempo, o setor de distribuição, que tem sido peça fundamental para que se viabilizasse a própria Conta-covid e que assegurou esses equilíbrios, não teve o mesmo tratamento.

Esperava-se a medida adequada para a sustentabilidade econômica das distribuidoras de energia elétrica. Porém, diante do que vimos com a abertura da segunda fase da Consulta Pública 35, a avaliação da Abradee é de que o texto proposto pela Aneel não traz o reconhecimento do direito constitucional e legal que as empresas têm neste contexto específico.

É preciso considerar que o desequilíbrio econômico ocasionado pela redução de mercado e o aumento da inadimplência são resultados de um evento extraordinário, que é a pandemia mundial da covid-19. Portanto, tais direitos precisam ser assegurados sob pena de ferirmos a segurança jurídica que viemos costurando, fio a fio, para consolidar o setor elétrico que temos hoje no Brasil. Isso não pode ser ignorado!

A Abradee e associadas estão elaborando suas contribuições para a CP 35, mas consideram que se faz necessária uma mudança de postura por parte da Aneel com vistas a conceder, de fato, o devido tratamento ao direito de equilíbrio das distribuidoras de energia elétrica, que prestam um serviço tão essencial à população brasileira.

Cabe lembrar que as concessionárias, estatais e privadas, atuam em todas as regiões do país e, juntas, são responsáveis pelo atendimento de 99,8% dos consumidores brasileiros, mais de 85 milhões de clientes, seja nas cidades, no campo, no comércio ou na indústria. Representam diretamente 3,7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, gerando mais de 200 mil empregos diretos. A cada ano, essas empresas aportam investimentos da ordem de R\$ 17 bilhões para expandir e modernizar as redes, bem como identificar meios inovadores de levar energia a todos que dependem dela, de forma eficiente, segura e sustentável. É um serviço essencial à qualidade de vida e que se renova a cada dia para atender à expectativa do país e de cada consumidor.

www.valor.com.br

30 de Maio de 2020 | Setembro de 2020 | Ano 21 | Número 5987 | R\$ 5,00

Brasil tem R\$ 8,3 bi a reparação de danos em Maceió B1

Petrobras corta investimentos no pós-sale e reforça a venda de ativos B4

Sem política fiscal crível, risco afeta juro e câmbio e leva à inflação, disse Pastore, na 'Live do Valor' A2

ECONÔMICO

Valor

20 de maio de 2020

Destaque

Exercício econômico de Bolsonaro
O governo de Jair Bolsonaro enfrenta o primeiro teste econômico desde a posse, com a queda da Bolsa e a inflação em alta. O ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento.

Leãozinho volta das garras do coronavírus

Paulo Guedes, ministro da Fazenda, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento. Ele também mencionou a importância da transparência e da responsabilidade fiscal.

Atmosfera de disputa a partir de Curitiba
A disputa política entre o governo federal e o governo do Paraná começou a se acirrar com a chegada de Bolsonaro a Curitiba. O governador, Ratinho, afirmou que não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento.

Alcides, de Mittern, parte da Rauland
Alcides Mittern, ministro da Saúde, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento. Ele também mencionou a importância da transparência e da responsabilidade fiscal.

Crise política brasileira
A crise política brasileira está se agravando com a queda da Bolsa e a inflação em alta. O ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento.

TS-SP desmonta a rede de crédito
O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) desmontaram a rede de crédito do Banco do Brasil. O ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento.

Importação de alimentos
O Brasil importa alimentos de vários países, incluindo os Estados Unidos e a França. O ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento.

Ídolos

Crônica Mittern
O ministro da Saúde, Alcides Mittern, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento. Ele também mencionou a importância da transparência e da responsabilidade fiscal.

Paulo Pastore
Paulo Pastore, ministro da Economia, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento. Ele também mencionou a importância da transparência e da responsabilidade fiscal.

Indicadores

Indicador	Valor	Variação
Bolsa (Ibovespa)	11.500	+1,2%
Dólar (US\$)	5,40	-0,1%
Preço do petróleo	40,00	+0,5%
Preço do ouro	1.800,00	+0,2%
Preço do cobre	3,50	+0,1%
Preço do alumínio	1,20	+0,1%
Preço do aço	0,80	+0,1%
Preço do gás natural	1,50	+0,1%
Preço do gás diesel	1,80	+0,1%
Preço do gás etanol	1,20	+0,1%
Preço do gás gasolina	1,50	+0,1%

Como a CPMF, Renda Brasil não acabou e vai 'hibernar'

Por Paulo Guedes

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que a CPMF não acabou e vai "hibernar". Ele disse que a CPMF é uma política fiscal que não deve ser abandonada, mas que deve ser reformada para garantir o crescimento econômico.

O ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento.

Descompasso

Paulo Guedes, ministro da Fazenda, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento. Ele também mencionou a importância da transparência e da responsabilidade fiscal.

Al ganha destaque em eleição nos EUA

Por Paulo Guedes

Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, ganhou destaque na eleição presidencial nos Estados Unidos. Ele afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento.

O ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento. Ele também mencionou a importância da transparência e da responsabilidade fiscal.

Vacância em agências traz preocupação

Por Paulo Guedes

A vacância em agências do governo federal traz preocupação para o mercado financeiro. O ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento.

Após 48 anos Sony decide sair do Brasil

Por Paulo Guedes

A Sony decidiu sair do Brasil após 48 anos de presença no mercado. O ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento.

Novo sistema detecta covid por raio-x

Por Paulo Guedes

Um novo sistema de diagnóstico por raio-x foi desenvolvido para detectar a covid-19. O ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou que o governo não se deixará levar pelo pânico e que a política fiscal será responsável por garantir o crescimento.

LIVE no VALOR

As 12 horas em www.valor.com.br

Quarta-feira
18h30 - Debate: O Brasil e o mundo
19h30 - Debate: O Brasil e o mundo
20h30 - Debate: O Brasil e o mundo
21h30 - Debate: O Brasil e o mundo
22h30 - Debate: O Brasil e o mundo
23h30 - Debate: O Brasil e o mundo
00h30 - Debate: O Brasil e o mundo
01h30 - Debate: O Brasil e o mundo
02h30 - Debate: O Brasil e o mundo
03h30 - Debate: O Brasil e o mundo
04h30 - Debate: O Brasil e o mundo
05h30 - Debate: O Brasil e o mundo
06h30 - Debate: O Brasil e o mundo
07h30 - Debate: O Brasil e o mundo
08h30 - Debate: O Brasil e o mundo
09h30 - Debate: O Brasil e o mundo
10h30 - Debate: O Brasil e o mundo
11h30 - Debate: O Brasil e o mundo
12h30 - Debate: O Brasil e o mundo
13h30 - Debate: O Brasil e o mundo
14h30 - Debate: O Brasil e o mundo
15h30 - Debate: O Brasil e o mundo
16h30 - Debate: O Brasil e o mundo
17h30 - Debate: O Brasil e o mundo
18h30 - Debate: O Brasil e o mundo
19h30 - Debate: O Brasil e o mundo
20h30 - Debate: O Brasil e o mundo
21h30 - Debate: O Brasil e o mundo
22h30 - Debate: O Brasil e o mundo
23h30 - Debate: O Brasil e o mundo
00h30 - Debate: O Brasil e o mundo
01h30 - Debate: O Brasil e o mundo
02h30 - Debate: O Brasil e o mundo
03h30 - Debate: O Brasil e o mundo
04h30 - Debate: O Brasil e o mundo
05h30 - Debate: O Brasil e o mundo
06h30 - Debate: O Brasil e o mundo
07h30 - Debate: O Brasil e o mundo
08h30 - Debate: O Brasil e o mundo
09h30 - Debate: O Brasil e o mundo
10h30 - Debate: O Brasil e o mundo
11h30 - Debate: O Brasil e o mundo
12h30 - Debate: O Brasil e o mundo
13h30 - Debate: O Brasil e o mundo
14h30 - Debate: O Brasil e o mundo
15h30 - Debate: O Brasil e o mundo
16h30 - Debate: O Brasil e o mundo
17h30 - Debate: O Brasil e o mundo
18h30 - Debate: O Brasil e o mundo
19h30 - Debate: O Brasil e o mundo
20h30 - Debate: O Brasil e o mundo
2

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875  JULIO MESQUITA (1884 - 1947)

Quarta-feira 16 DE SETEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46355

estadão.com.br

NA QUARENTENA
DANÇAR SÓ,
A ONDA DA VEZ

Escolas de dança de salão retomam atividades e professores garantem: dançar só é possível. PÁG. H1

Jornal do Carro
NOVO PEUGEOT
208 VEM PARA
A BRIGA

Fabricado na Argentina, hatch chega ao País por R\$ 74,9 mil. PÁG. 1D

Apple investe em
serviços e renova
linha de produtos

Empresa lançou tablet e relógio que mede o nível de oxigênio no sangue do usuário. Pacote de serviços tem fitness, música, jogos, filmes e séries. ECONOMIA / PÁG. B10

Em frente inédita, ONGs e agro
pedem ações para a Amazônia

Coalizão de organizações ligadas ao meio ambiente e empresas leva ao governo propostas contra o desmatamento

Frente formada por 230 organizações e empresas ligadas ao meio ambiente e ao agronegócio enviou ao governo documento, obtido pelo *Estado*, com propostas para deter o desmatamento da Amazônia. Da pauta constam pedido de retomada e intensificação da fiscalização; suspensão de registros que incidem so-

bre florestas públicas; destinação de 10 milhões de hectares a proteção e uso sustentável; financiamentos com critérios socioambientais; transparência nas autorizações de supressão da vegetação e suspensão dos processos de regularização fundiária de imóveis com desmatamento até que as áreas este-

jam recuperadas. A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura reúne entidades ambientais como WWF Brasil, WRI Brasil, TNC, Imazon e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Do lado empresarial, estão JBS, Klabin, Marfrig, Amaggi, BRF, Danone, Natura e Unilever. ECONOMIA / PÁG. B8

Virada Sustentável em SP

Eventos, painéis, lives e mensagens marcam o festival, que começa hoje na cidade e teve sua programação adaptada à realidade da pandemia. O *Estado* será o portal oficial. METRÓPOLE / PÁG. A19Bolsonaro veta
Renda Brasil
e Congresso
'assume' pauta

O presidente Jair Bolsonaro descartou congelamento de aposentadorias e benefícios por dois anos e anunciou que desistiu da criação do programa Renda Brasil. Agora, o Congresso tenta liderar o debate da pauta social para ampliar o Bolsa Família quando o auxílio emergencial for extinto. Parlamentares que trabalhavam em propostas com foco social veem oportunidade de avançar no reforço do Bolsa Família na busca de novas fontes de financiamento. ECONOMIA / PÁG. B1 e B3

Funcionários da Volks
aceitam plano de demissão

Em assembleia na fábrica de São Bernardo, trabalhadores da Volkswagen aprovam programa de demissão voluntária para reduzir em cerca de 35% o quadro de funcionários. Para os que permanecerem na montadora, haverá garantia de emprego até 2025. A unidade do ABC emprega 8,6 mil pessoas. ECONOMIA / PÁG. B5

Ensino médio avança no
País, mas não atinge meta

O ensino médio do País teve o maior crescimento da história no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2019, passando de 3,8 para 4,2 (na escala até 10), mas ficou abaixo da me-

ta, que era 5. O desempenho das crianças do 1.º ao 5.º ano do ensino fundamental subiu 0,1. O Ideb é o principal medidor de qualidade da educação no Brasil. METRÓPOLE / PÁGS. A18 e A17

A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	133.207
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	1.090
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	813
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	4.384.299
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	34.755
TOTAL DE RECUPERADOS*	3.671.128

*NÚMERO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Israel firma pacto com
Emirados e Bahrein

INTERNACIONAL / PÁG. A13



Análises

Rosângela Bittar

A segunda metade

Paulo Guedes foi tragado pelo confronto do projeto liberal com o projeto populista. POLÍTICA / PÁG. A12

Adriana Fernandes

Sem saber o que fazer

Governo está muito perdido em relação ao "dia depois" do fim do auxílio emergencial. ECONOMIA / PÁG. B1

Aloysio de Andrade

Faria ★ 1920 + 2020

A morte do banqueiro
'invisível', aos 99 anosCom fortuna de R\$ 9 bi, ex-dono do Real era banqueiro mais velho segundo a *Forbes*. Ele completaria 100 anos em novembro. ECONOMIA / PÁG. B10

NOTAS & INFORMAÇÕES

Tudo pela reeleição

O presidente Jair Bolsonaro, como se sabe, não governa o Brasil - não só por sua patente incapacidade, mas também, como está ficando a cada dia mais claro, por cálculo político. PÁG. A3

A importância
da solidariedade

Possibilidade de que se repitam com a vacina problemas do início da pandemia é real. PÁG. A3

Tempo em SP

14º Min. 32º Máx.



LOCAÇÃO A PARTIR DE
R\$ 1.450,00
/MÊS

EXCLUSIVO PARA EMPRESAS

CAOA RENT A CAR
VerCapas.com.br

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 * Nº 33.404

QUARTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2020

R\$ 5,00

Foro de Flávio Bolsonaro ganha força no Supremo

O foro especial concedido ao senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), que o próprio TJ do Rio reconheceu ser inédito, completa 80 dias sem previsão de julgamento no STF. Reservadamente, uma ala do Supremo demonstra simpatia à tese e lembra que a corte até já tomou decisão parecida com o pedido do parlamentar. Poder A4

Bolsonaro desiste do Renda Brasil e faz ameaça à equipe

Presidente diz que dará 'cartão vermelho' a quem propuser cortes em benefícios e aposentadorias

Jair Bolsonaro disse ontem que desistiu de lançar o programa Renda Brasil, uma reformulação da Bolsa Família. Em vídeo nas redes sociais, o presidente ameaçou com "cartão vermelho" integrantes da equipe econômica.

Na gravação, Bolsonaro ressaltou que foi surpreendido por manchetes, entre elas a da Folha, segundo a qual o governo planeja revisar cerca de 2 milhões de benefícios destinados a idosos e pessoas com deficiência.

"Eu já disse há poucas semanas que jamais vou tirar dinheiro dos pobres para dar para os paupérrimos. [A] quem porventura vier propor a mim uma medida como essa eu só posso dar um cartão vermelho", declarou.

Classificou ainda de "devaneio" a ideia de congelar aposentadorias. Na segunda (14), o secretário especial da Fazenda defendeu desvinculá-las do salário mínimo. Ontem, Waldery Rodrigues foi ao presidente se explicar.

"O cartão vermelho não foi para mim", afirmou, por sua vez, o ministro Paulo Guedes (Economia). Mercado A16 a A18

Guedes vai tentar de novo CPMF; Bolsa Família será difícil de ampliar A17 e A18



Saul Loeb/AFIP

ISRAEL, BAHREIN E EMIRADOS ÁRABES ASSINAM NA CASA BRANCA ACORDO QUE NORMALIZA RELAÇÕES

Premiê israelense, Binyamin Netanyahu, e Donald Trump ao lado dos chanceleres do Bahrein e dos Emirados Árabes, que passaram a reconhecer Israel Mundo A14

Bruno Boghossian Entre pobres e paupérrimos

Ao desistir do novo programa, o presidente reconhece que seu projeto político é incompatível com uma parcela considerável da agenda de Guedes. Incomodado com propostas, Bolsonaro deve continuar com problemas. Opinião A2

Presidente parece sempre ser sincero, avalia analista

Para o cientista político da UFMG Felipe Nunes, Jair Bolsonaro adota estratégia pela qual pauta o debate de 24 em 24 horas e soa sempre verdadeiro. "Pode até errar, mas [parece que] não está mentindo para você." Poder A12

Sony vai encerrar fábrica e vendas de eletrônicos no país

Mercado A22

Família de Breonna Taylor será indenizada

A cidade de Louisville, no estado americano do Kentucky, aceitou pagar R\$ 63 milhões à família da jovem morta por policiais brancos que virou slogan de atos antirracismo. A13

Ensino médio tem avanço em todos os estados

Todas as redes estaduais de ensino médio do país registraram, de forma inédita, avanço no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2019.

A média geral foi de 3,5, em 2017, para 3,9 no ano passado. Apesar da reação, apenas Goiás, com a maior nota (4,7), e Pernambuco conseguiram atingir suas metas.

Na liderança do ranking até 2015, São Paulo agora aparece só na quinta colocação, com Ideb 4,3. O pior desempenho, de 3,2, ficou com os estudantes do Pará.

Na educação fundamental, o sistema público reduziu a distância do particular, que estagnou. As escolas privadas ficaram abaixo da meta, de 7,1. Cotidiano B1

Máscara pode induzir a produção de anticorpos

Cientistas argumentam que uma fração pequena de partículas virais que passa pela máscara pode levar à produção de anticorpos contra a Covid-19 no organismo. Saúde B5

América Latina perdeu 60% de sua fauna nos últimos 500 anos

B7

Em 14 dias, Amazônia já queima mais que nos 30 de setembro de 2019

B7

Após dados negativos, Mourão afirma que há opositores no Inpe

B7

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 189.213.054
VISITANTES ÚNICOS 35.510.663

ISSN 1414-5723
9 771414 572049



Marlene Bergamo/Folhapress

PROJETO PROMETE CONECTAR 2 MILHÕES EM FAVELAS

Vanessa Rocha, 31, usa celular com o filho em Heliópolis, na capital paulista, onde começará a iniciativa da Cufa para dar acesso à internet em 150 complexos de favelas pelo país. Cotidiano B4

ENTREVISTA Viviane Senna Reabrir escola não agrava pandemia

A presidente do Instituto Ayrton Senna afirma que, respeitados os protocolos, o prejuízo não é reabrir as escolas, mas mantê-las fechadas. "Está claro que a reabertura não agrava a pandemia." Cotidiano B3

EDITORIAIS A2

Política da fé
Sobre polêmica a respeito da tributação de igrejas.

Destino do Minhocão
Acerca de plebiscito sobre destino da via elevada.

Mercado A22 Apple lança relógio com oxímetro, iPads e novos planos de assinaturas

Ilustrada B13 Guerra do streaming destaca novidade e faz clássico sumir das plataformas

Morre Aloysio Faria, fundador do Banco Real
O banqueiro Aloysio de Andrade Faria, fundador do Banco Real e dono do Banco Alfa, morreu ontem aos 99, de causas naturais. Ele também liderava o Conglomerado Alfa. A21

Pandemia no Brasil

	Total	Óbitos	Óbitos*	Variação**	Estágio
Casos	4,4 mil	31,3 mil	-21,3%		
Óbitos	133,2 mil	813	-5,4%		

Dados das 20h de 15 set. *Média móvel de 7 dias **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

■ Acelerado	■ Estável	■ Desacelerado	■ Reduzido
-------------	-----------	----------------	------------



Estados com mais óbitos

	Total
1º SP	33 mil
2º RJ	17,2 mil
3º CE	8,7 mil

Situação nos municípios

	Estáveis
Goiania (GO)	Belem (PA)
Porto Alegre (RS)	Guarulhos (SP)
Uberlândia (MG)	Curitiba (PR)
Aparecida de Goiânia (GO)	B. Horizonte (MG)

**Análise na palma da mão**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e baixe o app do GLOBO. Tenha acesso a todos os colunistas, em tempo real, em um só lugar.



Ken Follett: Em novo romance, autor volta ao cenário de sua trilogia best-seller **SEGUNDO CADVERNO**

O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2020 ANO XLVI - Nº 31.817 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00 2ª EDIÇÃO

DISPUTA NA OMC

Azevêdo desmente Trump sobre guerra comercial

Ex-diretor diz que não recebeu ligação relatada pelo americano em livro

MIRIAM LEITÃO

O embaixador Roberto Azevêdo, ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e hoje vice-presidente da multinacional PepsiCo, nega que tenha tido qualquer conversa com o presidente

americano, Donald Trump, na qual tenha sido ameaçado. Ele se refere ao que foi publicado no livro "Rage", de Bob Woodward, lançado ontem. Trump disse ao autor que teria feito uma ligação ao brasileiro ameaçando tirar o país da organização caso seus desejos não fossem atendi-

dos, o que teria levado Azevêdo a decidir deixar a OMC. O embaixador diz nunca ter conversado com o presidente americano ao telefone e afirma que o único diálogo que tiveram foi presencial e positivo, em Davos: "Essa é uma versão mentirosa. É Trump sendo Trump". **PÁGINA 26**

MERVAL PEREIRA

Preocupado com a reeleição, presidente desidrata Guedes **PÁGINA 2**

ELIO GASPARI

O vexame da equipe econômica presa numa armadilha **PÁGINA 3**

ANTÔNIO GOIS

Resultado do Ideb merece ser visto com otimismo cauteloso **PÁGINA 13**

Bolsonaro desautoriza equipe, e política social vive impasse

O presidente Bolsonaro disse que quem propôs congelar aposentadorias e pensões para financiar o Renda Brasil merece "cartão vermelho" e proibiu que sua equipe fale do tema. Declaração mostrou impasse entre desejo de criar marca na área social e a dificuldade de arranjar recursos no Orçamento. **PÁGINA 52 e 22**



Ensino médio tem inédita melhora, mas não atinge meta

Depois de 12 anos estagnado, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que avalia o ensino médio no país registrou avanço em 2019, de 3,8 para 4,2. Mas educadores dizem que será preciso esforço para que o resultado positivo se mantenha ante a paralisação das aulas causada pela pandemia. A meta, que era de cinco pontos, não foi atingida. **PÁGINA 13**

Presidente e aliados entram na corrida eleitoral

Após prometer ficar distante das eleições municipais, o presidente entrou nas articulações. Em São Paulo, o pré-candidato Celso Russomanno (Republicanos) ganhou seu aval direto. No Rio, a base bolsonarista abandonou Crivella e aderiu ao candidato do partido, o deputado federal Luiz Lima. **PÁGINA 4**

Depoimento por escrito divide STF

Em caráter reservado, ministros do STF ouviram pelo GLOBO discordância da decisão de Celso de Mello que proibiu o presidente Bolsonaro de dar depoimento por escrito no caso que investiga interferência na PF. Eles acreditam que, se o governo recorrer, há grande chance de resolução ser revista. **PÁGINA 8**

Acordo diplomático de olho nas urnas e contra o Irã

Cerimônia na Casa Branca selou acordo entre Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Israel, que se compromete a suspender a anexação de territórios palestinos. Pacto, mediado pelos EUA, é trunfo eleitoral de Trump e reforça coalizão contra o Irã. **PÁGINA 27**

Agronegócio e ONGs se unem contra desmate

Em aliança inédita, 230 representantes do agronegócio e de ONGs enviaram carta ao governo destacando a importância da preservação ambiental para o país. O grupo, denominado Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, propõe seis medidas para conter o desmatamento. **PÁGINA 24**

PARA INSPIRAR CANDIDATOS

Educação deve ser vista como investimento

Especialistas que participaram do segundo debate da Semana Rio2020 — Um Seminário Reage, Rio! avaliam que futuro do país está ameaçado se educação não for prioridade. **PÁGINA 19**

TOM DE DESPEDIDA

Sony vai deixar de fabricar linha de eletrônicos no Brasil **PÁGINA 24**

VETO DA TORCIDA

Cancelamento chega aos gramados

Protesto da torcida nas redes sociais na sede levou o Atlético-MG a recuar de contratar Thiago Neves. Também sob pressão, Goiás desiste de treinador. **PÁGINA 29**

CONTAGIADOS

4.384.299

MORTOS

133.207

FONTE: CONCORDÂNCIA DE VEÍCULOS DE IMPRENSA

OBITUÁRIO

Monsenhor de atuação e carisma marcantes

O padre José Roberto Devellard, da Paróquia da Ressurreição, em Copacabana, era um apaixonado pelo Evangelho e pela arte sacra. **PÁGINA 20**

ALOYSIO DE ANDRADE

Dono do Banco Real e fundador do grupo Alfa morre aos 99 anos **PÁGINA 24**

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.934 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50



Shirley/Contrasto - 15/9/20

E o campeão pagou mico

No dia da retomada da Libertadores, técnico que levou o Flamengo ao bi continental, em 2019, deu vexame na Europa. O Benfica, de Jorge Jesus, foi eliminado na fase prévia da Liga dos Campeões pelo PMOK da Grécia e não disputará fase de grupos.

PÁGINA 14



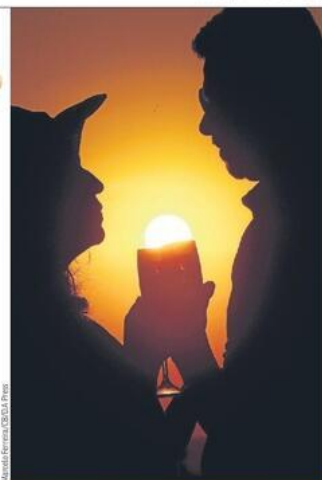
Mais 5 mil brasileiros vão testar vacina

Os ensaios clínicos com o imunizante produzido pela Universidade de Oxford e pela farmacêutica AstraZeneca serão ampliados no Brasil, atingindo 10 mil voluntários. Pessoas com mais de 60 anos serão incluídas nos ensaios. PÁGINA 6



Países falham na defesa do planeta

Nenhuma das 20 metas de conservação da variedade biológica firmadas há 10 anos foi cumprida, mostra relatório da ONU. Autores também alertam que o desmatamento da Amazônia ameaça algumas conquistas. PÁGINA 13



Mário Ferreira/CECA Press

TÁ QUENTE? VAI PIORAR!

São 114 dias de seca, com sol forte e baixíssima umidade

O brasileiro torce para uma chuva que traga o fim da estiagem. Mas, antes de domingo, não deve cair água do céu, segundo a meteorologia. A temperatura bateu ontem em 31°C, e o Inmet prevê que os termômetros vão subir ainda até sábado. Beba muita água e cuide da saúde!

PÁGINA 15



Foto: Arquivo Pessoal/Net Comunicação Digital - Editora Marinho de Fátima/Divulgação/Net Comunicação Digital - 15/9/2020

HUMOR PONTO COM

Uma nova geração de humoristas usa a web para alcançar o sucesso.

Nomes como Ademara Vilha, Yuri Marçal, Pequena Ló, João Seu Pimenta e Bruno Braga brilham nas redes com diferentes estilos de comédia e assuntos diversos, mas sempre atentos ao atual momento do país e do mundo.

PÁGINA 22



Ana Ruyana/CECA Press

DF ABAIXO DA META

Mesmo com avanço nos índices, capital não atingiu os objetivos do Ideb 2019

Assim como no resto do país, o maior desafio em Brasília é melhorar o desempenho no ensino médio. Anos iniciais do ensino fundamental, por outro lado, têm segunda maior nota do país, atrás apenas de São Paulo, e estão a 0,1 ponto de atingir a meta. Em todo o Brasil, os avanços são lentos. O ministro da Educação, Milton Ribeiro, diz que a pasta reforçou o diálogo com estados e municípios. PÁGINAS 5 E 15

Bolsonaro ameaça time de Guedes com cartão vermelho

O presidente da República não gostou de saber, pela imprensa, que a equipe econômica estudava congelar aposentadorias e outros benefícios do INSS, para viabilizar o Renda Brasil, nome do programa com o qual Bolsonaro pretende substituir o Bolsa Família. "Quem porventura vier a propor para mim uma medida como essa, eu só posso dar um cartão vermelho para essa pessoa", disse, em vídeo publicado em redes sociais. Irritado, decretou que não quer mais ouvir falar de Renda Brasil até 2022. Chamado às pressas para dar explicações, Guedes tratou de defender a própria pele. "O cartão vermelho não foi para mim", afirmou. Sobrou para o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, que passou a informação adiante antes de o chefe do Executivo ter conhecimento da proposta. PÁGINAS 2 E 3



Ana Ruyana/CECA Press

INSS promete volta de perícias nesta semana

Diretor de atendimento do instituto, Jobson Salles disse ao CB.Poder que as medidas para garantir a saúde de médicos e segurados foram atendidas. "Nesta semana, teremos uma reinspeção. Se tudo estiver correto, abriremos as agendas de periciamento", explicou. PÁGINA 7

RETOMADA

Restaurantes dobram cuidados

Para reconquistar clientes, afastados pela pandemia, setor de gastronomia aprimora protocolos de higienização. Maître do Lake's, Ronivaldo da Costa resalta que as novas normas garantem a segurança de funcionários e consumidores.

PÁGINA 19



Ana Ruyana/CECA Press

VIOLÊNCIA

Caso Shirley acende alerta à prevenção do feminicídio no DF

PÁGINA 16

PAZ

Para barrar o Irã, Israel, Emirados e Bahrein fazem pacto

PÁGINA 12



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .